

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE PSICOLOGIA**

ANA CAROLINA COSTA RONSANI

**O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A ADULTOS SURDOS: DESAFIOS PARA
PSICÓLOGOS E PARA COMUNIDADE SURDA**

**CRICIUMA
2022**

ANA CAROLINA COSTA RONSANI

**O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A ADULTOS SURDOS: DESAFIOS PARA
PSICÓLOGOS E PARA COMUNIDADE SURDA**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para obtenção do grau de
Bacharel do Curso de Psicologia da
Universidade do Extremo Sul Catarinense -
UNESC.

Orientadora: Prof.^a Fernanda de
Souza Fernandes

**CRICIÚMA
2022**

ANA CAROLINA COSTA RONSANI

**O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A ADULTOS SURDOS: DESAFIOS PARA
PSICÓLOGOS E PARA COMUNIDADE SURDA**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Psicologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, com Linha de Pesquisa em saúde e processos psicosociais.

Criciúma, 22 de novembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Fernanda de Souza Fernandes – UNESC – Orientadora

Prof^a. Ma. Cristiane da Silva Viera Alves - UNESC

Ma. Dulcinéia Felicidade Clarinda

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Edson Ronsani e Deliane Maria Costa por todo apoio desde o início do curso, pela paciência e compreensão nas ausências dos eventos familiares.

Aos meus amigos, em especial, Gabriel Costa e Mario Dagostin, que me incentivaram nos momentos mais difíceis e não permitiram que eu desistisse.

A minha professora orientadora Fernanda Fernandes, que durante este ano me acompanhou e auxiliou, dando todo suporte necessário para elaboração deste projeto.

E agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

Muito obrigado.

Os surdos sempre se têm narrado a si mesmos e têm narrado, também, como tem sido inventados e excluídos pelos ouvintes.

Skliar, 1999

RESUMO

Os desafios para o atendimento psicológico à comunidade surda são diversos e a relevância do tema absolutamente contemporânea para área. Por isso, o objetivo do trabalho tratou-se de investigar como se dá, para a psicologia, o atendimento psicológico a pacientes surdos. Para realizar a presente investigação, utilizou-se de uma pesquisa empírica de método indutivo e análise qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico das principais contribuições brasileiras constantes no *google scholar*, organizadas e distribuídas por palavras chave, no intuito de constatar por meio da produção acadêmica nacional quais são as principais abordagens utilizadas no atendimento a população surda adulta, tendo como eixo principal as perspectivas clínico-terapêuticas e principalmente se o atendimento se dá por meio de oralizações, intérprete ou fluência em LIBRAS. Para compreender o cenário e a relevância da discussão, elaborou-se um breve histórico da educação da população surda no Brasil, os movimentos e métodos utilizados, seguido de uma conceitualização das duas categorias referidas acima que figuram enquanto principais métodos de interlocução com a população objeto de pesquisa. Por fim, a pesquisa encontrou 8 trabalhos que se adequavam ao objetivo de pesquisa, revelando que no Brasil predomina a abordagem bilinguista, socioantropológica, e que o atendimento que apesar de escasso ocorre majoritariamente com um psicólogo fluente em LIBRAS e subsidiariamente com o uso de um intérprete.

Palavras-chave: Surdos Adultos. Atendimento Psicológico. Bilinguismo. LIBRAS.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVOS.....	10
1.1.1 Objetivo Geral	10
1.1.2 Objetivos Específicos	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:	11
2.1 A COMUNICAÇÃO POR SINAIS NA HISTÓRIA DO BRASIL.....	11
2.2 PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES ENTRE SURDEZ E A PSICOLOGIA	16
2.3 A PERSPECTIVA CLÍNICA TERAPÊUTICA	18
2.4 PERSPECTIVA BILIGUISTA	20
3 METODOLOGIA.....	24
4 RESULTADOS: TRABALHOS ACADEMICOS NO BRASIL ENTRE 2011 E 2021	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A relevância do atendimento especializado à comunidade surda é, talvez, para psicologia, ainda maior do que para as outras áreas. Tendo como principal ferramenta de trabalho a fala, o atendimento a população surda mostra-se desafiador para o psicólogo e faz pensar as condições de realização desses atendimentos.

Mesmo com os avanços de políticas públicas de inclusão dos surdos, é visível a falta de profissionais capacitados para atender esse público. Aliás, entra-se numa questão paradoxal em que não se sabe se há pouca demanda por parte da comunidade surda por atendimento psicológico ou se essa pouca procura já é fruto da inexistência de profissionais capacitados para tal atendimento, funcionando como mais um dispositivo de exclusão e causa de sofrimento psíquico.

O Dicionário Aurélio descreve uma pessoa deficiente como alguém que apresenta deformidade física ou insuficiência de uma função física ou mental. A deficiência auditiva é a perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, causada por má formação, devido a causas genéticas, danos ao ouvido ou à composição dos aparelhos auditivos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2015), em todo o mundo, pelo menos 5% da população apresenta deficiência auditiva, o que representa cerca de 360 milhões de pessoas vivendo com deficiência. No Brasil, com base nos dados do censo coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, 9,8 milhões de brasileiros têm deficiência auditiva - ou seja, 5,2% da população do país.

A Lei de Acessibilidade, Lei nº 10.098, promulgada em 19 de dezembro de 2000, também conhecida como Lei de Espaço Público Acessível, permite que normas e regras gerais sejam impostas para proporcionar acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Esta lei articula-se com outros dispositivos legais como o decreto nº 5.626 assinado em 22 de dezembro de 2005 e a Lei de Libras assinada em 2002 que finalmente reconhece legalmente o uso da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação promovendo maior inclusão social e aumentando o exercício da cidadania (BRASIL, 2000).

Nesse contexto, A LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), é um

instrumento indispensável no âmbito da Psicologia, como política de afirmação social, sendo essa língua um instrumento importante para a ligação do psicólogo com o paciente, porém, levando em consideração que a grande maioria dos surdos não possuiu ou nunca tiveram acesso aos serviços psicológicos, seja por condições financeiras, ou por falta de profissionais capacitados para realizar os atendimentos, a pesquisa busca verificar se há profissionais versados em LIBRAS para o atendimento dessa comunidade.

A partir desse cenário, o trabalho buscou resgatar as principais contribuições contemporâneas sobre o tema, assim como um breve resgata histórico para contextualizá-las. Em primeiro lugar, realizou-se uma pesquisa histórica remontando a trajetória da comunicação por linguagem de sinais no Brasil, tendo em vista suas primeiras formulações até a consolidação das LIBRAS.

Em segundo lugar, numa discussão ampliada que atravessa todas as áreas que lidam com a população surda, explicou-se acerca das principais abordagens teóricas, digamos, técnicas, que versavam sobre como relacionar-se, ensinar e atender essa população, as chamadas perspectivas bilinguistas e clínico terapêuticas, estando a primeira apoiada num modelo socio antropológico enquanto a segunda num modelo médico.

A hipótese é de que o atendimento é escasso e majoritariamente realizado por profissionais versados em LIBRAS.

Realizada a fundamentação teórica do trabalho, dedicou-se então ao objeto de pesquisa: a investigação dos textos que versavam sobre o atendimento a população surda no Brasil. Destes textos, selecionou-se 8, que forneceram dados capazes de extrair um bom cenário da situação no atendimento. Os resultados encontrados foram a predominância da abordagem socioantropológica e a fluência em LIBRAS como condição para um bom atendimento, sendo o intérprete usado secundariamente.

Diante de tais indagações a presente pesquisa destaca a importância de investigar a demanda por esse serviço e a estruturação da formação dos psicólogos que possivelmente não está de acordo para atendendo essa comunidade, não apenas no que diz sobre as particularidades psíquicas, mas por condições materiais que inviabilizariam a mesma pela não habilitação em LIBRAS.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar como se dá o atendimento psicológico ao público adulto surdo.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar como se dá o acesso dos surdos ao atendimento psicológico por meio da inferência de estudos de caso;
- Analisar o processo de inclusão dentro do espaço terapêutico e as técnicas mais utilizadas – oralização, LIBRAS ou intérpretes;
- Perceber a relevância do tema para a comunidade científica e para os profissionais, assim como as principais abordagens teóricas – no tema da surdez - preponderantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Na seção abaixo encontra-se uma fundamentação teórica acerca das principais discussões envolvendo o trabalho com a comunidade surda, no sentido amplo, as principais abordagens utilizadas, suas técnicas e discussões históricas.

Posteriormente, já contextualizados na discussão, a análise dos artigos selecionados se deu por meio das categorias e conceitos expostos na seção presente.

2.1 A COMUNICAÇÃO POR SINAIS NA HISTÓRIA DO BRASIL

A linguagem é um instrumento que permite ao ser humano não só organizar-se socialmente, mas também dar-lhe acesso ao conhecimento e à cultura. As línguas evoluíram com o tempo e com a evolução das línguas, os signos mudaram, assim como as outras partes da linguagem.

Para entender bem a história das línguas de sinais, é preciso entender que não há comunicação sem fala e linguagem. Por exemplo, no caso de um surdo não havia uma educação que envolvesse ensiná-lo a falar, então só lhe era possível usar uma linguagem manual que correspondesse de alguma forma com a língua que ele nunca tinha ouvido. Uma criança que ouvia, mas não falava, também teria dificuldades em aprender a falar; portanto, ele teria usado os sinais como meio de comunicá-lo e atingir seus objetivos.

As origens da língua de sinais estão ligadas à comunicação, pois não havia outros meios de comunicação além dos sinais, que é como uma língua universal. De fato, as línguas de sinais nasceram como meio de comunicação, mesmo que não estivesse claro como funcionavam; então, com o tempo, eles passaram a incluir mais do que apenas palavras e se tornaram sua própria linguagem única e diferenciada. (THOMA, 2006).

Os primeiros sinais provavelmente seriam gestos obrigatórios usados para transmitir informações entre surdos: aqueles gestos significativos que servem como uma espécie de catecismo para a comunicação com os outros. Esses gestos são comuns a todos os seres humanos e permitem que um ouvinte compreenda o significado do que está sendo dito.

Em qualquer sociedade há sempre a necessidade de gestos particulares

que signifiquem algo diferente dos habituais. Por exemplo, o gesto dos dois dedos erguidos na frente de um rosto significa "Pare!" na Itália, enquanto significa "Vem cá" em outros países (no Brasil); ou o gesto feito levantando uma mão com os dedos estendidos e movendo-a para frente significa "Vá embora" em algumas culturas, enquanto significa "Quanto é isso?" em outros.

Sinais que significam uma coisa para os surdos podem não ter o mesmo significado para os ouvintes. Por exemplo, em algumas culturas o sinal "OK" significa zero, enquanto em outras significa indicar que está tudo bem; ou o sinal que parece um movimento circular do pulso ao redor da orelha pode significar "Lixo!" para ouvir as pessoas, mas significa "Dinheiro!" para surdos. Também é possível entender como os significados podem mudar ao longo do tempo e passar a significar algo diferente, dado seu caráter histórico.

Na história da língua de sinais houve diversos fragmentos e textos históricos que tratavam a população de maneira diferenciada, reconhecendo tal limitação e tentando soluções diversas para estabelecer comunicações, relacionadas a cultura e tecnologia de cada época..

Apesar de registros ainda no século VII sobre professores de surdos, a real preocupação com essa população e uma formalização dessa prática de ensino, pedagógica, a nível global, intensificou-se principalmente a partir do séc. XVI e culminou com os congressos mundiais no século XVIII e XIX decisivos para consolidação do tema:

Nesse mesmo ano [1878], aconteceu em Paris o I Congresso Internacional de Educação de Surdos, que aprovou uma resolução considerando que só a instrução oral podia incorporar o surdo na sociedade e que o método articulatório, que **incluía a leitura labial, devia ser preferido a todos os outros** (Goldfeld, 1997; Ghirardi, 1999; Rabelo, 2001; Carvalho, 2007).

Em 1880, ocorreu o II Congresso Internacional de Educação de Surdos (Figura 4), em Milão, com o objetivo de estabelecer critérios internacionais e científicos para a educação dos surdos. As resoluções oriundas desse congresso trouxeram uma completa mudança na vida dos surdos (Padden, Humpries, 1996). Realizou-se uma votação (excluindo-se os professores surdos) para decidir qual língua seria usada na educação dos surdos. Foi deliberado que apenas a língua oral de seu país deveria ser aprendida, atribuindo à língua de sinais o estatuto de língua inferior (DUARTE *et all*, 2013, p. 1723 – grifo nosso).

Essa perspectiva, apesar de reconhecer os surdos como sujeitos de direitos e de inclusão na sociedade, ao primar pela inclusão via ensino oral,

reproduz novamente uma dimensão de exclusão visto que nem todos se adaptam bem a leitura labial e tão pouco esta é capaz de suprir as necessidades de comunicação, sem mencionar as especificadas culturais envolvidas.

Este congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintistas, todos defensores do oralismo puro, num total de 164 delegados, 56 eram oralistas franceses e 66 eram oralistas italianos. Havia 74% de oralistas da França e da Itália Alexander Graham Bell teve grande influência neste congresso (STROBEL, 2008, p. 90).

No Brasil, influenciado sobre maneira pela perspectiva oralista que era hegemônica antes mesmo da proibição da língua de sinais pelos congressos internacionais, a história da educação de surdos mudos, envolve a época de dom Pedro II, governante do Brasil entre 1840 e 1889 e o convite deste a um professor chamado Ernest Huet, numa importação de referências e métodos da Inglaterra, criando o primeiro dicionário de libras. Nessa época, os surdos foram educados para ler, escrever e falar.

Ernest Huet era surdo desde os 12 anos e adepto do método de Charles Michel de l'Épée. Suas atividades no Brasil começaram quando, em 1857, foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, instituição que hoje é conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos ou Inês. A criação desta escola foi registrada na Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857 (STROBEL, 2008).

Eventualmente, o primeiro alfabeto fonético (composto de vinte e um sinais básicos) foi publicado em 1859. Em 1862, outro alfabeto fonético foi publicado sob a orientação de um especialista em educação de surdos do Reino Unido chamado (Thomas) Greville. Nesse mesmo ano foi criado o "Conselho Geral de Surdos" ou Conselho Geral de Surdos, que se encarregaria da gestão administrativa e técnica das escolas e instituições para surdos no Brasil (STROBEL, 2008).

Huet então foi pioneiro em nossa educação para surdos, mas não foi a educação de muitos alunos. O francês foi o diretor do colégio entre 1857 e 1861, e o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos só recebia internos do sexo masculino. A partir de 1861, um novo diretor foi nomeado para o instituto, quando Huet se mudou para o México.

Em 1864, o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos passou a se chamar Escola Nacional dos Surdos-Mudos e incorporou alunas ao seu internato. Até

então, as mulheres já frequentavam a escola no Brasil. A abertura de mais internatos nesse período levou a mais professores surdos, que passaram a desenvolver sistemas de Língua de Sinais para uso com seus filhos.

Muitos desses professores eram de origem estrangeira e aprendiam o português brasileiro como segunda língua, o que era um pouco diferente de outras variedades portuguesas, como o português europeu e o português africano.

Todavia, a partir do meio para o final do século XX, uma nova metodologia de ensino passou a predominar, denominada “comunicação total”, que buscava

não exclui técnicas e recursos ... que permeiam o resgate de comunicação, total ou parcialmente, bloqueadas. E, dessa maneira, seja pela linguagem oral, seja pela linguagem de sinais, seja pela datilologia, seja pela combinação desses modos, ou mesmo por outros que possam permitir a comunicação total, seus programas de ação estarão interessados em aproximar pessoas e permitir contatos. Não se pode isolar uma privação sensorial (CICCONI, 1990, p.7)

Nesse sentido foi consolidando-se a língua de sinais mais comum no Brasil é chamada de “Língua Brasileira dos Sinais” ou LIBRAS e é usada não apenas por pessoas que vivem com deficiência auditiva, mas também por pessoas que perderam a audição após serem totalmente imersas na cultura brasileira.

O ensino de LIBRAS no Brasil envolve a dedicação e luta do povo surdo para tornar hegemônica a perspectiva da comunicação total e principalmente garantir institucionalmente seus direitos, o que teve sua consagração com a oficialização da Libras, aprovada e publicada no Diário Oficial da União, na forma do decreto n.5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a lei n.10.436/02, de 24 de abril de 2002. A Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira.

A aprovação dessa lei garante o acesso e o ensino de Libras, a formação de instrutores e intérpretes e a presença de intérpretes nos locais públicos. O impacto dessa acessibilidade conduz a inserção da Libras para além das relações cotidianas entre as pessoas surdas e as ouvintes (DUARTE et al, 2013, 1728)

O decreto em questão, que regulamenta a Libras como língua da

população surda brasileira, estabelece, no art. 25

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde –SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ... devem garantir, prioritariamente ..., atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade, efetivando.

I – ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva; II – tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;

III – realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;

IV – seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;

V – acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica; VI – atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;

VII – atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;

VIII – orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;

IX – atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços

do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X – apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

Nesse sentido nem todas as disposições da lei foram seguidas, muitas aguardam leis e diretrizes acessórias para a oficialização, mas não retira dela seu caráter de avanço enquanto garantia de direitos para a inclusão da comunidade surda.

Culturalmente, a lei estabelece uma conexão entre diferentes culturas, pois segundo Strobel (2008, p.24), as pessoas surdas “vivem em uma cultura diferente da cultura hegemônica dos sujeitos ouvintes: cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável(...)”; em partes, isso repousa sobre o fato de uma exclusão sistemática por parte de instituições, grupos, sujeitos, exclusão que a lei de Libras busca mitigar e estabelecer pontes entre as diferentes perspectivas culturais.

2.2 PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES ENTRE SURDEZ E A PSICOLOGIA

Contemporaneamente, após os diferentes caminhos históricos que a abordagem a população surda tomou, especialmente no Brasil com as recentes leis que buscam assegurar a inserção dessa comunidade, no campo dos estudos da surdez, consolidou-se cada vez mais as duas principais abordagens teóricas que desenvolveram-se no último século, a saber, a perspectiva clínica terapêutica e a perspectiva bilíngua.

A referência ao problema enquanto um problema geral do campo dos estudos da surdez e dos surdos, insere o debate psicológico dentro das categorias tradicionais ao campo:

Estas considerações introdutórias permitem situar a análise das publicações brasileiras, pois na psicologia ocorre o mesmo que nas demais áreas que se dedicam à surdez: há pesquisadores que defendem a oralização dos surdos, outros argumentam a favor da língua de sinais e do bilingüismo. Os primeiros geralmente identificam-se com modelo clínico-terapêutico de surdez, enquanto que os segundos defendem a concepção socioantropológica. (BISOL, et al, p. 393, 2008).

De maneira geral e esquemática, pode-se classificar em duas principais categorias que abordam metodologicamente o atendimento ao público surdo: a abordagem clínica-terapêutica e a abordagem bilíngua.

Os defensores da oralização – método clínico-terapêutico - argumentam que é um método mais eficiente de ensino de língua para crianças surdas do que o bilingüismo, enquanto outros são a favor do bilingüismo e da Libras. Os defensores da oralização geralmente defendem o modelo clínico-terapêutico, enquanto os defensores do bilingüismo e da Libras tendem a preferir o conceito socioantropológico (BISOL, et al, 2008).

Sintetizando, de maneira geral a perspectiva clínica-terapêutica foca na oralização enquanto melhor método de atendimento à essa população, enquanto a perspectiva do bilingüismo apoia-se na compreensão do sujeito a partir de uma visão socioantropológica (BISOL, et al, 2008).

Como característica desses modelos, o modelo **(a) clínico-terapêutico** é centrado no diagnóstico e reabilitação; por isso, reforçou a visão educativa como método de recuperação que prioriza o diagnóstico médico, a correção de defeitos de fala e o treinamento para leitura labial, por isso são classificados

enquanto oralistas, pois focam o desenvolvimento de capacidades interpretação do surdo da partir da fala, focando-se em desenvolver essa habilidade de habilitação por parte do surdo e não por parte do outro.

O modelo clínico-terapêutico, originário dos Estados Unidos, baseia-se na fonoaudiologia e na educação auditivo-oral. Acredita-se que os surdos precisam apenas aprender as regras da comunicação linguística. Nessa perspectiva, a única coisa importante para eles é poder falar como as pessoas que ouvem. A abordagem médica envolve identificar os problemas da pessoa para fornecer uma solução: correção de defeitos de fala (SKLIAR, 1997).

O objetivo é treinar os surdos a falar por meio da leitura labial e, assim, pronunciar as palavras corretamente. Os critérios de sucesso foram a eliminação de defeitos de fala e o aprendizado de fonemas, além de pronúncia e entonação (SKLIAR, 1997).

Este modelo, que foi bastante prevalente durante o século 19, foi fundado na crença de que os surdos tinham um órgão defeituoso (ou seja, o ouvido). Era vista como uma doença que poderia ser corrigida por meio de cirurgia e/ou tratamento médico. Essa abordagem se espalhou por toda a Europa durante os séculos 19 e 20 com destaque e repercussão especial nos Estados Unidos da América (SKLIAR, 1997).

Por sua vez, os defensores do **(b) bilinguismo** acreditam que os surdos devem ser expostos à Libras o quanto antes; portanto, dependem do conhecimento linguístico construído a partir do ensino da Língua Brasileira de Sinais. Mais recente que sua opositora:

(...) a educação bilíngüe iniciou na Suécia no início dos anos 80, através da adoção de uma política nacional: todas as crianças surdas passaram a utilizar a Língua Sueca de Sinais como primeira língua, passaram a ter professores surdos e a aprender a língua sueca como uma segunda língua, para ler e escrever. O ingresso do bilingüismo no Brasil ocorreu no início da década de 90, junto a uma luta da comunidade surda pela valorização de seus direitos, cultura e comunidade. (BISOL, et all, p. 395, 2008).

Destaca-se a diferença de praticamente um século entre a criação das abordagens, assim como o caráter opositor entre ambas, sendo visões completamente opostas acerca da população surda.

Do mesmo modo, o caráter relativamente recente da perspectiva

bilinguista, socialantropológica, auxilia a compreender o esforço contemporâneo em desfazer visões antiquadas sobre o tema e a abordagem correspondente.

O modelo bilíngue nasceu de uma visão socioantropológica da surdez como parte da diversidade linguística e da consciência. O bilinguismo é resultado da escolha através da qual a criança aprendeu a usar ambas as línguas para comunicação.

Antes de sua adesão oficial na Suécia, a abordagem bilíngue começou a ser gestiona na década de 1950, quando especialistas em educação especial se conscientizaram da importância do bilinguismo entre crianças surdas, que teriam desenvolvido duas grandes habilidades linguísticas: primeiro, a capacidade de parecer e soar como ouvintes. ; e segundo, compreensão complexa não apenas da linguagem falada, mas também da linguagem escrita (BISOL, et all, 2008)

A abordagem bilíngue visa promover a comunicação entre surdos e ouvintes, ensinando crianças surdas a falar português e Língua Brasileira de Sinais (Língua Brasileira de Sinais ou Libras). Ambas as línguas são adquiridas através da aprendizagem prática. Os dois métodos de aquisição da linguagem não são os mesmos.

O método bilíngue é considerado um método muito eficaz, pois permite que os professores ensinem a Libras (Língua Brasileira de Sinais) de forma natural, sem restringir a fala da criança. No entanto, as pessoas que acreditam nesse modelo acreditam que é mais prático remover as barreiras linguísticas entre os surdos.

2.3 A PERSPECTIVA CLÍNICA TERAPÊUTICA

O modelo clínico-terapêutico tem se formado historicamente de acordo com as posições médicas e ideológicas assumidas em relação à surdez. Esse modelo se difundiu socialmente, tornando-se a base para atitudes educativas em relação aos surdos. Enfatiza os déficits biológicos, encarando a surdez como uma deficiência sensorial. Como resultado, a língua de sinais é rejeitada na educação dos surdos (BISOL, et all, 2010).

Sobretudo, esse modelo participa de uma concepção que vincula a surdez a uma falta, a uma deficiência, a uma incompletude de caráter biológico e médico. Nesse sentido, participa de um processo geral de normalização e

medicalização que é um amplo movimento

A medicina e a psicologia desempenharam um papel importante no fortalecimento do entendimento do que seja a surdez, pois contribuíram para que padrões de normalidade fossem estabelecidos para praticamente todas as dimensões da vida humana. Com a ideia da norma, instituiu-se simultaneamente o desvio – aquele que se encontra nas extremidades da curva normal e que faz parte, portanto, de uma minoria. (...) Nessa concepção, a criança ouvinte representa a criança normal, o referencial para se tentar compreender a criança surda, que passará a ser retratada, na maior parte do tempo, como alguém que está 'a menos' em relação ao modelo (BISOL, et all, 2010, p. 394).

No modelo clínico da surdez, o surdo seria potencialmente retirado do contexto educacional e pedagógico e colocado nos domínios da medicina, da intervenção clínica e da terapia, majoritariamente.

O modelo clínico-terapêutico tem se formado historicamente de acordo com as posições médicas e ideológicas assumidas em relação à surdez. Esse modelo também se baseou na visão de que a surdez é em si uma deficiência e que deve ser tratada como tal.

Esta abordagem de tratamento de pessoas surdas, portanto, assumiu que a perda auditiva anormal dos Surdos resultou de sua condição congênita e era uma doença que deveria ser curada ou impedida de ocorrer em crianças. O objetivo principal deste modelo é restaurar ou eliminar a deficiência por meio de intervenção médica. A abordagem clínico-terapêutica também propõe ideias sobre como essa deficiência deve ser abordada (SKLIAR, 1997).

Medicalizar a surdez significa orientar toda a atenção à cura do problema auditivo, à correção de defeitos da fala, ao treinamento de certas habilidades menores, com o a leitura labial e a articulação, mais que a interiorização de instrumentos culturais significativos, com o a língua de sinais. E significa também opor e dar prioridade ao poderoso discurso da medicina frente à débil mensagem da pedagogia, explicitando que é mais importante esperar a cura medicinal – encarnada atualmente nos implantes cocleares – que compensar o déficit de audição através de mecanismos psicológicos funcionalmente equivalentes. (SKLIAR, 1997, p.111).

Esse modelo se difundiu socialmente, tornando-se a base das atitudes educativas para os surdos. Enfatiza os déficits biológicos, encarando a surdez como uma deficiência sensorial. Este modelo caracteriza-se por modelos médicos e medicalizados de surdez, o modelo médico reconhece uma doença.

Para essa perspectiva:

Língua de sinais não constitui um verdadeiro sistema lingüístico, pois o define com o um conjunto de gestos carente de estrutura gramatical, um tipo de panto mima desarticulada, que, além disso – e paradoxalmente – limitaria ou impediria a aprendizagem da língua oral (SKLIAR, 1997 a, p.111).

De maneira geral, essa abordagem apoia-se no amplo movimento de medicalização e sobretudo normalização dos indivíduos. Ao compreender a surdez como uma deficiência, um mero déficit biológico, a perspectiva oralista exclui a experiência da surdez e seus contextos sociais e psicossociais enquanto forma de participação e existência do mundo fora das linhas ditas normais.

Nesse sentido, apesar de haver ganhos inegáveis no desenvolvimento de aparelhos que melhoram a escuta de sujeitos com perda auditiva, ainda exclui um mundo da população surda e ao excluir de seu horizonte as perspectivas bilinguistas, reforçam paradigmas antiquados vinculados a normalização das pessoas e a consideração das mesmas apenas sob o ponto de vista médico.

2.4 PERSPECTIVA BILIGUISTA

O modelo médico é substituído pelo modelo psicológico ou psicobiológico que reconhece uma desordem da mente e do corpo. No modelo psicológico, a linguagem aparece como o meio que dá sentido às experiências da mente e do corpo; também é importante distinguir entre duas abordagens diferentes para poder entender as queixas dos surdos.

É, sobretudo, uma mudança geral, um deslocamento de paradigma conforme explica Noboli e Abrão (p.1196, 2022):

Essa mudança de arquétipo, introduziu na psicologia um novo olhar sobre a surdez e o sujeito surdo, pois a perspectiva sócio-antropológica não diferencia de forma qualitativa ou estrutural a mente e o psiquismo do indivíduo surdo, apenas a diferença da comunicação.

Skliar (1997) caracteriza este modelo como uma alternativa fundamental ao modelo clínico-terapêutico. Além disso, acredita que é possível destacar outro aspecto dessa abordagem pedagógica, na visão do autor essa abordagem tem sido negligenciada pelos surdos porque a maioria dos especialistas e educadores surdos não a considera apropriada para eles.

Ainda conforme Skliar (1997), a inclusão da língua de sinais nos programas educacionais levou ao desenvolvimento de um modelo alternativo, que podemos chamar de "pedagógico". Esse modelo baseia-se no reconhecimento de que a surdez não é uma doença, e que o processo educativo deve necessariamente ser realizado por meio da língua de sinais.

Skliar acredita que o importante papel da língua de sinais na educação e o modelo pedagógico relacionado não são compreendidos pelos surdos, que muitas vezes falam depreciativamente sobre essa abordagem pedagógica como "pedagogicamente deficiente".

Educadores e pesquisadores surdos continuam a defender essa abordagem pedagógica. Além disso, está se tornando cada vez mais aceito na pesquisa e na prática clínica.

A questão da surdez está agora enfrentando a nova geração. Para ele, essa situação gerou certa confusão, mesmo entre os membros da comunidade surda. Skliar (1997) usa essa confusão como uma oportunidade para encorajar os surdos a formar seu próprio modelo. Para ela, os surdos devem ser capazes de manter sua própria perspectiva pedagógica, assim como sua própria língua, cultura e valores, pautadas nas suas especificidades.

Muitos especialistas se interrogam, ainda, se aquilo que está ali é uma língua, uma cultura. Enquanto se perguntam a si mesmos, olhando para a ponta de seus pés, se excluem a si mesmos de conhecer aos outros, de viver com os outros, de escutar os outros. Excluem os outros. Assim, se profanam as línguas e as culturas da alteridade: acreditando que aquilo que tem sobrevivido a todas as formas imagináveis de controle, invenção e exclusão desde a nonnalidade, simplesmente, não existe (SKLIAR, 1999, p. 28).

O desenvolvimento de um modelo pedagógico começou em meados do século XIX, quando a língua de sinais passou a ser cada vez mais utilizada como meio de instrução nas escolas para crianças surdas. No entanto, isso tem sido confundido por muitos como significando que o ensino com língua de sinais sempre foi a prática aceita nas escolas de surdos.

Skliar (1997) aponta que o uso da fala e leitura labial como habilidades primárias na educação é apenas uma dimensão das abordagens de ensino e que a educação bilingue dos surdos deve tanto os instruí-los na língua portuguesa, brasileira, como na língua brasileira de sinais (LIBRAS).

O argumento do bilinguismo pode ser visto a partir de uma perspectiva socioantropológica, o que nos ajuda a entender como ele afeta nossas sociedades em vários níveis. Isso porque as consequências da educação dos surdos, assim como a sua própria existência, são uma questão para a sociedade como um todo.

A educação dos surdos é um problema para a sociedade como um todo, na medida em que atinge muitas pessoas e na medida em que o surdo existe necessariamente numa sociedade, não podendo dela ser apartado ou excluído.

Essa abordagem da questão da surdez encontra respaldo nas tentativas mais recentes de não ver a deficiência como uma tragédia individual a ser medicalizada e comparada em pesquisas com o corpo não deficiente da maioria da população. Na educação de surdos, a consequência da perspectiva socioantropológica é a defesa do bilinguismo em oposição ao oralismo.

A necessidade de defender o bilinguismo sobre o oralismo justifica-se quando lemos a literatura sobre o tema (KARNOP, et. All 2011), especialmente aqueles estudos que deixam claro que o bilinguismo é a solução ideal para a educação de todos os alunos sem exceção.

Segundo Bisol et all (p.396, 2007), a conhecida também como abordagem socioantropológica, destaca que os:

(...)pesquisadores questionam as perspectivas que não atentam para a variabilidade dos contextos de desenvolvimento das crianças surdas: pais surdos ou ouvintes, perda de audição pré ou pós-lingüística e grau da perda, acesso precoce ou tardio à linguagem, etc. A adequação dos instrumentos de avaliação e o viés introduzido pelo desconhecimento da língua de sinais e das especificidades da população surda passam a ser denunciados como fatores que dificultam os diagnósticos e tratamentos realizados pelos profissionais da saúde.

Assim ressalta-se que o bilinguismo se caracteriza em primeiro lugar pela compreensão do sujeito surdo sob uma perspectiva não estritamente médica, mas sobretudo pela compreensão de sua condição social e antropológica, reforçando a ausência da audição não como uma incapacidade de linguagem, mas sim como uma outra fonte de linguagem igualmente funcional.

Nesse sentido, a proposição do bilinguismo é de ensinar, desde a infância, tanto a língua brasileira portuguesa como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), oferecendo ao sujeito surdo além de uma linguagem própria capaz de

lhe dar autonomia, uma potencialização por meio das libras da compreensão inclusive de leituras labiais e eventuais aspectos vinculados a oralização.

Aqui destacamos novamente o caráter do que significa bilinguismo, literalmente, falar duas línguas. A esse ponto costuma-se passar em branco que eventualmente há uma dificuldade por parte do surdo em comunicar-se pelo português. Tendo que dominar duas línguas, o que é um desafio, tem muitas das vezes sua fluência não correspondida por outros agentes.

O ensino exclusivo do português e a imposição do oralismo ao surdo se apresenta como uma forma de violência, lhe negando autonomia e sua cultura. Entretanto, o ensino exclusivo de LIBRAS também é insuficiente devido a necessidade constante em comunicar-se em português, o que reforça o aspecto duplo que a proposição do bilinguismo tem enquanto abordagem.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Segundo Minayo (2012, p. 623), a pesquisa qualitativa define-se principalmente

O verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, a produção de saber correspondente a esse método foi fruto principalmente da compreensão do material analisado, o que impõe novamente um problema de método acerca de como se procede com a seleção do material analisado, pois mesmo a pesquisa qualitativa funda-se igualmente numa metodologia organizada e estruturada.

Ou seja, tal pesquisa, eminentemente qualitativa via método indutivo, contou com uma revisão narrativa, de caráter exploratório e descritivo, acerca do tema estudado, que é o atendimento psicológico a comunidade surda. Explicitando os termos, o método indutivo se deu a partir-se do que os materiais empiricamente coletados oferecem enquanto informações, onde manifesta-se o caráter de revisão bibliográfica, revisão de narrativa, que a partir de uma análise qualitativa dos mesmos se produziu uma descrição de tais conteúdos e se formulou o resultado da pesquisa a partir desse procedimento.

Já acerca da questão narrativa, Minayo (2010) destaca que a compreensão e interpretação do mundo, por parte do autor, se encaixa sempre em alguma narrativa e que isto deve ser levado em conta no sentido de possíveis distorções oriundas do trabalho de interpretação do material.

A pesquisa qualitativa é composta por um conjunto de substantivos: experiência, experiência, senso comum e ação (MINAYO 2010). O termo experiênciarefere-se ao que o ser humano aprende nas ações que realiza. É

compreender a si mesmo; o significado do lugar que ocupa no mundo. Experiência é como o sujeito reflete sobre suas experiências; o episódio de cada pessoa pode ter significados

diferentes para os outros porque é único e depende da personalidade, bem como de como se percebe um evento (MINAYO 2010b).

A metodologia é a maneira de pensar e praticar em uma determinada abordagem para compreender a realidade. A metodologia ocupa um lugar central dentro das teorias, sendo sempre referida a elas, distinguindo a forma externa com que muitas vezes é necessária (como técnicas e instrumentos) de seu modo generoso de pensar como articulação entre conteúdos, pensamentos e existência.

Conforme (MINAYO, 2001), a metodologia inclui concepções teóricas de abordagem, um conjunto de técnicas que nos permitem construir a realidade e o potencial criativo do pesquisador. Assim como uma gama de conceitos teóricos relacionados à abordagem e à metodologia caminham intrinsecamente inseparáveis, também uma metodologia deve apresentar um instrumento que seja ao mesmo tempo coerente e elaborado – capaz de abordar impasses teóricos para o desafio da prática.

A metodologia forma um território que circunscreve o campo teórico e prático de ação em que existimos, pois apresenta os quadros com os quais o pesquisador pode interpretar, pesquisar e pensar, introduzir mudanças, ou como um conjunto de procedimentos e técnicas para chegar a novos processos (MINAYO, 2001)

Dentro dessas concepções do pesquisador residem elementos teóricos para a produção do conhecimento como uma interação entre/sujeitos e sociedade; bem como pressupostos epistemológicos sobre como o conhecimento é produzido. Nesse sentido, a metodologia constituiria um instrumento destinado a explorar questões ontológicas relacionadas às abordagens interpretativas em casos particulares. Além disso, a metodologia também constituiria um arcabouço filosófico e metodológico para os requisitos de validade e objetividade que definem o objetivo do conhecimento científico (MINAYO, 2001).

O conceito de metodologia está ligado à epistemologia. A relação entre eles é recíproca e complementar. Embora ambos façam parte da filosofia, a

epistemologia se preocupa com conceitos teóricos enquanto a metodologia se concentra em questões práticas.

Nesse sentido, pode-se inferir que, em seu sentido mais geral, a epistemologia se refere ao que deve ser conhecido para produzir conhecimento. Em contrapartida, o conceito de metodologia refere-se ao que deve ser conhecido para produzir pesquisa e conhecimento.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados para esta pesquisa foi feita por meio de revisão bibliográfica de literatura do tipo narrativa, fundamentada em uma abordagem exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. A pesquisa do tipo narrativa é amplamente divulgada, onde é possível descrever e discutir o desenvolvimento dos assuntos por meio da análise da literatura publicada em livros e revistas, com base na interpretação e análise pessoal do autor. A revisão narrativa possibilitou uma busca em bases científicas e livros publicados entre 2011 e 2021.

O referencial teórico sobre o tema foi desenvolvido por meio de livros, monografias e artigos relevantes para o tema. Acerca do material da pesquisa empírica, foram selecionados artigos com base nos critérios das seguintes palavras chaves: psicologia clínica, deficiente auditivo, surdos, psicólogo, intérprete, Libras, desde que publicados nos **últimos 10 anos (2011 a 2021)** e que versavam sobre o atendimento psicológico a população surda. A busca dos artigos se deu por meio de busca realizada no Google Acadêmico.

Filtrando a busca, foram escolhidos inicialmente oito artigos mais relevantes, baseando-se no nº de citações e consultas, classificando-os acerca da abordagem utilizada e se apontam o uso de intérpretes ou a habilitação do psicólogo em libras.

É, essencialmente, uma pesquisa que busca aferir a qualitativamente o material observado, por meio de um

(...) conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BADIN, 1977).

Deste modo a coleta de dados se deu em dois momentos, um primeiro em que em ampla pesquisa, nos canais informados acima, em especial google acadêmico e academia.edu, se selecionarão um grande número de artigos possíveis que versem sobre o tema, tendo como critério de busca as palavras chave. Em seguida, uma análise dos oito artigos selecionados com bases nos critérios estabelecidos.

4 RESULTADOS: TRABALHOS ACADEMICOS NO BRASIL ENTRE 2011 E 2021

Os resultados que a pesquisa encontrou foi a predominância de trabalhos focados na perspectiva socioantropológica, assim como a grande maioria do atendimento por meio de LIBRAS e o uso de intérprete apenas de maneira subsidiária.

Ora descrevendo levantamento bibliográficos, ora trabalhando com pesquisas diretamente com os psicólogos, os artigos foram majoritariamente apoiados na perspectiva bilínguas, em que destacam a importância da LIBRAS não só como ferramenta de comunicação, mas como imersão cultural no atendimento.

Com características específicas, os trabalhos permitem extrair uma síntese comum, apresentada, assim como características específicas de cada investigação que enriquecem a discussão.

O objeto da presente pesquisa consiste numa investigação de cunho empírico, qualitativo, por meio de narrativas, acerca de uma revisão bibliográfica sobre o tema do atendimento psicológico a pacientes surdos no Brasil nos últimos 10 anos.

A pesquisa utilizou-se de palavras chaves em sites voltados ao público acadêmico como meio de filtrar os artigos pela sua relevância no mundo acadêmico. Não apenas por meio de palavras chaves, os artigos foram filtrados pelo seu resumo no que observava ao tema proposto.

Destaca-se, de antemão, que os trabalhos encontrados, salvo poucas exceções, traziam dados de segunda mão, obtidos não diretamente por aquela pesquisa, mas sim reflexões vindas de outros trabalhos e informações.

Isso destacou a escassez real de material sobre, nas poucas ocasiões em que existem estão voltadas ao nível superior, reforçando a lacuna que, em nível de graduação, envolve a invisibilização do tema da surdez e o atendimento a essa população.

Assim sendo, o quadro abaixo conta com uma análise de cada um dos 8 artigos encontrados, seguindo de sínteses sobre e considerações acerca do tema. A lista dos resultados analisados:

Nº	Ano	Título	Objetivo	Autoria
1	2021	EQUIDADE E SAÚDE MENTAL: DESAFIOS PARA O TRABALHO DO PSICÓLOGO COM PESSOAS SURDAS	Tendo em vista essa temática, este artigo possui como objetivo abordar os desafios encontrados no trabalho do psicólogo frente ao atendimento de pessoas surdas	Camila da Silva Riterbusche; Gabriela Maffini, Camila dos Santos Gonçalves
2	2021	Clínica psicológica e políticas públicas: um olhar voltado para deficientes auditivos	Levantar questionamentos sobre a política pública para atender a comunidade surda, a princípio temos a lei que emerge, inicialmente, e é popularmente chamada de “Lei da Libras”, a Lei nº 10.436/02, esta é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais –Libras	Leidiane Carvalho de Aguiar, Henrique Riedel Nunes, Benedita Nádia Silva Pereira, Francisca Telma Vasconcelos Freire, Francisco Bruno Rocha Sousa, Edileuza Lima Freire
3	2021	Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: Uma revisão de literatura	A pesquisa almejou verificar se a Psicologia tem se debruçado sobre a inclusão da pessoa surda, se há registros acadêmicos de atendimento em língua brasileira de sinais (Libras) e se a fluência dos psicólogos é suficiente para realizá-lo	Jesaías Leite Ferreira Junior, Henrique Jorge Simões Bezerra, Edneia de Oliveira Alves
4	2020	FATORES RELACIONADOS À EFICÁCIA DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO CLÍNICO A PACIENTES SURDOS	Esta pesquisa propõe apresentar dados sobre quais fatores estão relacionados à eficácia do atendimento psicológico clínico com pacientes surdos.	Jaine Rodrigues, Michelle Regina da Natividade
5	2020	SICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO	Aborda sobre a importância da relação entre a psicologia e a pessoa surda, para entender-se um elo negativo entre discursos que inferem ao público surdo diferenças excludentes.	Vanessa Alves Pereira, Karoliny Vilela Araújo, Jucineide Lima de Almeida Silva

6	2019	A INTERFACE DA PSICOLOGIA COM A SURDEZ: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	Caracterizar a atual situação de atendimento psicoterápico para surdos e seu contexto. Apresentamos o resultado de uma busca feita em periódicos indexados nas bases de dados SciELO e PUBmed no período de 2006 a 2016	Gláucio Silva Camargos, Lazslo Antonio Ávila
7	2017	SURDEZ E PSICOLOGIA CLÍNICA: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA	Em suma, busca-se trazer o tema à tona, contribuir com a literatura do tema e com o abrangente compromisso do psicólogo clínico na sociedade, como somar interesses e responsabilidades com a população surda	Bianca Aparecida Marques Pereira, Lélío Moura Lourenço
8	2015	AS DIFICULDADES DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	Identificar possíveis dificuldades para o atendimento psicológico à pessoa com deficiência auditiva, levando em consideração que pessoas com surdez são excluídas do atendimento clínico psicológico, devido à falta de profissionais qualificados para este público específico	Jonas F. Santos, Monique Ribeiro de Assis

O texto de Riterbusche (2021) et. all parte de uma revisão da literatura sobre o atendimento a população surda e seus principais desafios. Preliminarmente, os autores destaca tratar-se de uma pesquisa para psicólogos que trabalham com surdos não oralizados, “Em especial, nos casos de pessoas surdas não oralizadas, visto que, um dos principais instrumentos de comunicação é a linguagem brasileira de sinais” (RITERBUSCHE, 2021, p.8), abrindo as outras possibilidades de trabalho e intervenção por parte do psicólogo.

Percebe-se a falta de aprofundamento teórico-prático sobre o tema no contexto acadêmico para os profissionais e estudantes envolvidos, incluindo a Psicologia. Apesar da existência da Lei 10.436/2002, que prevê a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e Fonoaudiologia (Brasil, 2002), o uso optativo desta disciplina para cursos de Psicologia pode ser mais um entrave na atuação profissional com a população surda. Isso gera a clara evidência da dificuldade de compreensão da comunicação com o surdo (RITERBUSCHE, 2021, p.7),

No levantamento dos pesquisadores evidenciou-se a ausência lacunar na formação dos profissionais, dado ao caráter optativo da disciplina de LIBRAS e do fato de, no geral, ser um tem pouco comentado apesar de extremamente

relevante e importante.

Dos trabalhos observados na pesquisa destacou-se que a formação do profissional para o trabalho com pacientes surdos se dá sempre depois da formação tradicional dos psicólogos.

Se já é pouco comentado o atendimento a população surda, conforme a pesquisa, tampouco observou-se qualquer recorte do tipo de gênero, classe ou idade dos pacientes atendidos, frisando os poucos relatos diretos de casos clínicos no atendimento.

Com base nas informações descritas ao longo do trabalho, é importante frisar que antes de pensar no sujeito e sua perda auditiva, é fundamental considerar que para além de um lugar de diferença existe uma pessoa, com sua trajetória, redes afetivas, anseios, e visões de mundo. Além disso, a compreensão da cultura surda é muito mais ampla do que o ensino da linguagem de sinais. É preciso assegurar os princípios básicos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovendo respeito, liberdade, dignidade, igualdade e integralidade. Com isso, podemos refletir sobre a importância da capacitação na formação desses profissionais, proporcionando amparo e acolhimento para esta população. (RITERBUSCHE, 2021, p.7),

Sobretudo, a pesquisa encontrou um maior acúmulo de trabalhos que optavam pelo uso de LIBRAS por parte do psicólogo, não necessariamente pelo aspecto direto da comunicação, mas pela imersão na cultura surda e numa maior compreensão das especificidades e demandas dessa população (RITERBUSCHE, 2021).

Já no segundo artigo analisado, Aguiar (2021, et all) destaca que a clínica psicológica no contexto das políticas de saúde mental no Brasil, esteve atrelada a questões políticas e de mercado, sendo acessível a serviços elitistas e especialmente no ramo privado, o que de fato nos faz refletir a necessidade de populações mais vulneráveis terem acesso a tal serviço.

Ainda assim, a oferta é precária, sem profissionais capacitados para essa especialidade, pois raros são os psicólogos que têm interesse por esse novo desafio de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais, mesmo sendo indispensável ao trabalho terapêutico com os surdos.

Destacando o papel positivo do bilinguismo, o artigo destaca o atendimento por meio da LIBRAS, problematizando especialmente o papel do intérprete enquanto um terceiro estranho que tanto pode inibir o paciente em

razão das coisas a serem ditas, assim como também carrega problemas inevitáveis a tradução (AGUAR, et al, 2021).

Não obstante, o intérprete ainda figura de maneira problemática porque não possui a mesma capacitação que o terapeuta, podendo induzir a erros ou até mesmo atrapalhar o processo terapêutico:

Diante disso, podemos perceber que mesmo com alguns avanços significativos em relação a acolhida para surdos tais como o ensino com Libras, língua oral exclusiva ou bilinguismo, isso não se pratica com tanta efetividade ou mesmo acessibilidade. Assim é perceptível que por muitos psicólogos não possuem habilidades com a língua de sinais, acabam utilizando o intérprete. Contudo, Piret (2007) afirma que o intérprete, por não possuir uma formação técnica de como se familiarizar com o mundo das formações do inconsciente, os fragmentos do discurso, os relatos e as situações expostas na psicoterapia, pode afetar suas condições psíquicas, dependendo da sua história de vida e da sua vivência pessoal, já que a palavra do paciente só será traduzida para o terapeuta via subjetividade do intérprete.

Com isso, pode acabar comprometendo o contrato terapêutico entre terapeuta/paciente, bem como o sigilo profissional do psicólogo, que deve ser cumprido além do respeito ao indivíduo, aos direitos fundamentais à igualdade, integridade, eliminando quaisquer formas de negligência. Assim, é necessário reconhecer a diferença cultural do povo surdo, e perceber a cultura por meio do reconhecimento de suas diferentes identidades, histórias, subjetividades, línguas, a valorização de suas formas de viver e de se relacionar, de modo a retirar essas pessoas da invisibilidade. (AGUIAR, et. all, 2021, p. 7073)

Nesse segundo artigo analisado observou-se uma clara preferência pelo método direto de LIBRAS, trazendo relevantes pontos de problematizações ao uso do intérprete.

Ainda que não completamente descartado, sendo priorizado de fato o atendimento do indivíduo, o texto marca uma prioridade pelo atendimento via LIBRAS, inclusive destacando o ponto da necessidade de incluir tal questão no atendimento da saúde pública.

Por sua vez, o artigo de Junior et al (2021) é, de longe, o mais vasto e completo dos observados, analisando quatro artigos na SciELO, três dissertações e duas teses na BDTD e três artigos na plataforma Capes, totalizando 12 trabalhos: sete artigos, três dissertações e duas teses.

Nessa investigação observou-se que enfim, por meio de teses e dissertações, foi possível observar estudos de caso direto no trabalho com pacientes surdos, o que em geral é exceção no campo de artigos que costumam utilizar de fontes secundárias para tal.

As abordagens da psicologia utilizadas, apesar de relativa variedade, figuram em geral dentro do campo das abordagens humanistas.

Sobretudo, a pesquisa destaca uma intensificação da produção de pesquisas e textos no campo a partir de 2018:

De acordo com o fluxo de publicações, houve um aumento na produção em 2018. É possível que esse aumento repentino possa estar ligado à grande repercussão da LBI e seus impactos sociais, pois houve também uma grande quantidade de decretos relacionados aos direitos das pessoas com deficiência emitidos nesse ano, alguns revisando pontos da LBI. Ao final do ano, foi promulgado o Decreto nº 9.656/18, que atualizou o de nº 5.626/05, que trata da lei de Libras, como disciplina curricular e da garantia de direitos da população surda (JUNIOR, et all, 2021, p. 549).

Essa intensificação da produção revela-se como consequência possível das legislações que buscaram inserir o tema da surdez enquanto tema relevante e que carece do desenvolvimento de políticas públicas que assegurassem a satisfação dos direitos dessa população.

Isso se deve, especialmente, a uma mudança de paradigma da concepção da deficiência, um deslocamento do paradigma biológico para a concepção antropológica, o que confirma as investigações descritas no capítulo anterior, acerca de uma compreensão na redutivista a noção biológica mas sim ampliando toda concepção cultural que envolve o tema da surdez e consequentemente o atendimento correspondente:

Apesar da mudança de perspectiva percebida ao longo do tempo nas publicações, o modelo social da deficiência não foi assumido por nenhum dos autores. Sempre que há um abandono do modelo médico, a tendência é apoiar-se no modelo antropológico da surdez, o que já fora destacado anteriormente ao se tratar da discrepância entre os trabalhos antes e depois de 2013. (...) apesar de embasar toda a legislação vigente em relação à inclusão, a partir da literatura científica, o modelo social não é levado em consideração nos debates e pesquisas realizados sobre a surdez. Essa tendência ao modelo antropológico e a ausência do modelo social podem ser associadas ao destaque que o modelo antropológico tem em questões culturais e sociais, em detrimento das orgânicas e corporais, que podem ser vistas de forma reducionista como ligadas ao modelo médico (JUNIOR, et all, 2021, p. 552).

Já no que diz respeito ao uso de interpretes ou atendimento por LIBRAS, apesar de reconhecer a eventual necessidade do uso de interpretes, o trabalho destaca que há uma grande maioria nos atendimentos que optam pela LIBRAS como forma melhor conexão:

Nos trabalhos que se orientaram por análises de estudos de casos com atendimentos à pessoa surda e/ou entrevistas com profissionais, Surdos e intérpretes, houve unanimidade quanto às necessidades de fluência em Libras e de conhecimento da cultura surda (JUNIOR, et al, 2021, p. 556).

Isso destacou que nos trabalhos que tem como objeto a fonte primária de obtenção de dados, isto é, o trabalho efetivo com pacientes surdos, há uma unanimidade na fluência de LIBRAS por parte do terapeuta, o que se apresenta como um dado sólido para a presente pesquisa.

Por outro lado, o trabalho de Rodrigues e Natividade (2020) já destaca de antemão a opção do atendimento em LIBRAS enquanto principal e primordial no acompanhamento de pacientes surdos, reforçando o caráter absolutamente subsidiário do uso de intérpretes ou outros meios.

De maneira interessante, destaca uma problematização já relativa ao atendimento específico com o uso de LIBRAS, acerca da duração do tempo da consulta. As consultas terapêuticas, em geral de 40-60 minutos de duração, revelação insuficientes para o atendimento da pessoa surda, em razão de uma maior demanda de tempo para expressão daquilo que se quer dizer e do próprio diálogo com a terapeuta:

O terceiro objetivo foi identificar, junto aos públicos estudados, características do processo de psicoterapia com pacientes surdos em relação aos aspectos desfavoráveis à eficácia do atendimento, e pôde-se compreender que o tempo de sessão tradicional de 50min pode prejudicar a eficácia do atendimento, uma vez que acaba-se levando mais tempo para as sinalizações, e, se houver a presença do intérprete, para as traduções. Apesar de haver um ponto positivo na presença do intérprete, apontada acima, ela também pode prejudicar a eficácia do atendimento, pois o ideal é haver um diálogo direto entre ambos, sem a presença de um terceiro, para evitar quebra de sigilo, desconforto para o paciente em expressar suas particularidades com outra pessoa além do psicólogo e garantir que o conteúdo não sofra alterações na hora de traduzir. A dificuldade na comunicação é um aspecto que pode prejudicar a eficácia do atendimento. Outro ponto importante a ser destacado como prejudicial é a falta de investimento em políticas públicas, afinal, como já mencionado, a garantia de direitos estaria prejudicada (RODRIGUES; NATIVIDADE, 2020, p. 21).

Essa pesquisa, que contou com a realização de questionários via formulário virtual de terapeutas que efetivamente trabalhavam com a população surda, foi novamente enfática no que diz respeito ao uso de LIBRAS e a fluência por parte do terapeuta enquanto condição essencial para um bom atendimento e processo terapêutico.

Evoca ainda a necessidade da popularização do debate acerca da

questão da comunicação, que é uma via de mão dupla, e exige uma maior integração de todos:

Essa é uma discussão necessária, uma vez que ter esse tipo de informação no site poderia auxiliar tanto os profissionais quanto a população surda. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o censo de 2010 revelou 9,7 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência auditiva no Brasil. Do total, cerca de 2,2 milhões são surdos severos e, desses, 244,2 mil são totalmente surdos. (...)

Deve-se refletir que a sociedade idealiza que o surdo precisa aprender a língua oral para poder se integrar à sociedade, caso contrário fica impossível a comunicação social (PEREIRA, 2015). É necessária uma língua, mas não necessariamente oral, podendo ser a língua de sinais, e é importante a sociedade se instruir para poder se comunicar com os surdos que dela fazem parte, possibilitando uma eliminação da distância produzida ao longo da história entre o surdo e o ouvinte (PEREIRA, 2015). Destaca-se que, por mais que exista um crescente reconhecimento a respeito da importância da acessibilidade, esta centra-se muito em questões arquitetônicas, com pouco foco na comunicacional. Nesse sentido, é preciso muito trabalho para conquistar uma verdadeira acessibilidade comunicacional, sendo possível quando for garantido às pessoas com deficiência o direito de participar da vida pública do país. (RODRIGUES; NATIVIDADE, 2020, p. 22).

Do mesmo modo, reforçou a necessidade da continuidade da inclusão de políticas públicas voltadas a maior inclusão dessa população, assim como uma formação mais enfática durante a graduação de estudantes para que qualifiquem esse profissional para o campo.

Por fim, como autocrítica, os autores destacam de maneira muito interessante que a pesquisa também tinha a intenção de entrevistar via questionário os próprios pacientes surdos, mas que em razão de terem disponibilizado o questionário apenas em português, estes tiveram dificuldades pois muitos não a tinham como língua principal (RODRIGUES; NATIVIDADE, 2020)

No mesmo sentido dos trabalhos anteriores, a pesquisa de Pereira et al (2020), destaca a preferência pelo uso direto da LIBRAS, por parte do terapeuta, apesar de estar ciente da escassez de profissionais com essa qualidade enquanto ferramenta de atendimento.

A problematização, tradicional, acerca do intérprete, é melhor esmiuçada no texto:

Outro fator questionável é a presença de um intérprete no atendimento clínico, um fator ético específico desse público, a presença de um terceiro no setting terapêutico pode quebrar o sigilo que é estabelecido pelo código de ética do psicólogo, disposto no artigo 2º, alínea d, (2005/2018), que

veda ao psicólogo de acumpliciar-se com pessoas que possam exercer ilegalmente a atividade psicológica, como por exemplo um intérprete de cunho familiar, que poderá estender intervenções psicológicas com o paciente fora do setting terapêutico, além da dificuldade que o surdo pode emergir em falar sobre o seu sofrimento com uma outra pessoa em cena (PEREIRA et. all, 2020, p. 6)

Diante das diversas batalhas a serem travadas para garantir a vida dos surdos, entende-se a importância das Libras como veículo apropriado para o desenvolvimento psicossocial e linguístico do sujeito, inclusive a luz das discussões históricas sobre (PEREIRA et. all, 2020).

O artigo friza que no que diz respeito às práticas clínicas, o psicólogo Libras como principal instrumento, pois tais instrumentos estão na troca de informações, pois o diálogo pode ser enfraquecido o terapeuta não controla a técnica e a de um intérprete para arbitrar as sessões.

Portanto, o psicólogo deve promover a inclusão deste na clínica, conscientizando-se dos aspectos culturais preservando o sigilo profissional. Ao trabalhar questões relacionadas à singularidade à subjetividade do sujeito, o psicólogo busca por meio do contato direto estabelecer vínculos com o paciente, quando este já está estabelecido, o paciente sente-se confortável para trabalhar em questões relacionadas ao seu mental.

Trazendo dados novos ao estudo, a pesquisa de Camargo (2019) contou também com uma análise da produção sobre o tema, destacando ainda a existência de modelos mais próximos do médico-clínico, apesar da predominância evidente da concepção socioantropológica.

Nos dados analisados observamos 3 exemplos de pesquisas com ênfase nos fatores externos, relacionados ao ambiente terapêutico, e, assim, mais próximas do modelo médico, e 7 artigos com ênfase no modelo socioantropológico e/ou relacionados à concepção psicanalítica da surdez. Alguns artigos não explicitam o conceito que estão utilizando. Nestes casos, considerou-se a noção implícita de surdez que pode ser depreendida através do foco em aspectos individuais ou sociais, da ênfase à reabilitação, da importância dada à Língua de Sinais e do referencial teórico utilizado (CAMARGO, 2019, p. 207)

É importante frizar que essa diferença de abordagem é relevante porque quase sempre carrega junto a si uma diferenciação quanto a opção do método de tratamento, enquanto os primeiros vão optar pela oralização como forma principal de comunicação, os segundos vão optar pelo uso da LIBRAS e de maneira substitutiva o uso de interprete, como foi o caso verificado por Camargo (2019) no trabalho analisado.

Outro ponto muito importante trazido pela pesquisa foi a não redução das demandas desse paciente a sua condição de surdez. O mundo surdo envolve toda uma concepção cultural, mas não reduz os problemas do paciente incessantemente a sua condição de fala.

É claro, os processos de segregação comumente figuram enquanto experiências traumáticas e experiências de sofrimento, mas a pesquisa destaca a necessidade de não reduzir os pacientes a isto, mostrando que há também toda uma grande gama de complexidades igualmente múltiplas:

Para qualquer abordagem terapêutica que queira beneficiar os pacientes surdos será necessário um bom nível de conscientização cultural dessa comunidade. Embora consideremos que a abertura de programas e serviços de saúde mental para esses indivíduos seja altamente benéfica, é necessário que a equipe que há de receber essa demanda tenha um nível razoável de esclarecimento sobre a questão cultural dos surdos. Para desenvolver esse caminho é necessário ultrapassar as discussões sobre os aspectos linguísticos e culturais que envolvem essa população, promovendo um trabalho de escuta do que eles têm a dizer a respeito de si mesmos, de sua comunidade, de sua língua e de sua cultura. Esse espaço de escuta deve, preferencialmente, estar isento do modo de intervenção do modelo médico-clínico que dá ênfase na “incapacidade” do órgão falho, e reduz o sujeito surdo a uma soma que precisa ser reabilitado. Assim, os aspectos psicossociais envolvidos em qualquer estado orgânico devem ser incluídos nos estudos de tratamento para sujeitos surdos, além dos aspectos físicos. Dentre as possibilidades que podem contribuir para a complementação da abordagem desses pacientes está o processo psicoterapêutico que permite oferecer uma visão mais abrangente do processo de saúde e doença e do desenvolvimento pleno desses indivíduos (CAMARGO, 2019, p. 213).

Assim, corrobora-se a o caráter majoritário das pesquisas que reforçam que a abordagem antropológica, focada na fluência em LIBRAS por parte do psicólogo, destacando os aspectos negativos e redutores que a abordagem médica oralista tem no atendimento.

Por sua vez, o trabalho de Marques e Lourenço (2018) consiste também numa revisão teórica acerca do tema e corrobora algumas das investigações que a presente pesquisa até então desenvolveu e sintetizou em pontos chave para a questão.

Sobretudo, Marques e Lourenço (2018) frisam novamente a escassez de pesquisas sobre o tema, em especial de pesquisas que trouxessem dados de primeira mão, frutos diretamente do trabalho real e direto com os pacientes surdos e das experiências colhidas desse processo.

Nesse sentido, na revisão empreendida pelos autores, destacam que

apesar da escassez há a presença de pesquisas que trabalhem com dados diretos, porém essas são quase unanimemente presentes em pesquisas de nível de pós-graduação, como mestrados e doutorados.

Entretanto, durante a investigação, os autores trouxeram um ponto de extrema relevância que havia até então passado em branco nos outros trabalhos: as consequências do diagnóstico tardio da surdez e as consequências no desenvolvimento da linguagem a partir disso:

O diagnóstico da surdez deve ocorrer até os três primeiros meses de vida da criança para assim, se iniciarem intervenções até os seis meses de idade (Silva, Kauchakje & Seguei, 2003). Com base na literatura internacional, a surdez geralmente é identificada após os seis meses de idade (Weber & Diefendorf, 2001 como citado em Silva, Kauchakje & Gesueli, 2003, p. 22). No Brasil não é diferente, no país o diagnóstico das alterações auditivas é realizado em tempo extremamente tardio, em torno dos três ou quatro anos de idade e, isto prejudica demais o prognóstico, já que é nos primeiros anos de vida que a criança precisa de auxílio para desenvolver a linguagem (Nakamura, Lima & Gonçalves, 2000 como citado em Silva, Kauchakje & Gesueli, 2003, p. 22). Dessa forma, quanto mais cedo for realizado o diagnóstico e detectado qualquer problema, melhor (MARQUES; LOURENÇO, 2018, p. 5).

Isso destaca o caráter decisivo que o diagnóstico cedo tem no impacto no desenvolvimento da criança. Conforme destacam diversas da psicologia, há na infância uma fase de extrema importante no desenvolvimento de faculdades básicas e na estruturação de habilidades e sentimentos do sujeito que se não corretamente atendidas podem causar consequências negativas para o desenvolvimento.

Uma das razões para esse mal diagnóstico, especialmente no Brasil, Marques e Lourenço (2018) atribuem ao preconceito que envolve as deficiências, as faltas de políticas sociais voltadas a inclusão e a falta de maior conscientização da população para abordar o tema ainda na infância.

De fato, nesse momento, os autores retomam o tema que é constante nos artigos analisados, optando por uma consideração não biológica da deficiência, numa perspectiva mais cultural e social, o que, como já foi dito, reforça a diferenciação entre os adeptos de modelo clínico e os adeptos de modelos bilinguistas.

Em relação aos trabalhos que versavam sobre a pesquisa direta no atendimento com pacientes surdos, os autores destacam relatos de má

experiencia em que psicólogos sem formação tentaram atender pacientes surdos e que acabaram reforçando experiências negativas e eventualmente até estigmatizações (MARQUE; LOURENÇO, 2018).

Como proposta, destacam a necessidade da fluência e LIBRAS por parte do terapeuta e incentivando o uso de intérpretes, se necessário, em caso até mesmo introdutório, mas sempre exigido do terapeuta uma dedicação especial sobre o tema.

Por fim, o último trabalho de Santos e Assis (2015) analisado tratou-se de uma pesquisa direta com profissionais e como se dava o atendimento, por meio de entrevista semiestruturada focada nos pontos da qualificação dos profissionais, desinteresse na qualificação devido ao tempo; déficit na formação acadêmica do psicólogo na graduação; e desconhecimento de uma rede de atendimento, colhendo assim as principais dificuldades.

Há, relativo ao campo da deficiência, um grande obstáculo estrutural relativo a acessibilidade e a acessibilidade aos serviços. Assim, apesar dos avanços nas legislações, ainda é lacunar a ausência de políticas inclusivas que garantam e divulguem o acesso a tal:

A grande maioria dos surdos não possui ou nunca teve acesso aos serviços psicológicos, seja por condições financeiras, ou unicamente porque o Sistema Único de Saúde precariamente oferece este tipo de atendimento. A oferta é precária, sem profissionais capacitados para essa especialidade, pois raros são os psicólogos que têm interesse por esse novo desafio de aprendizagem da língua de sinais, mesmo sendo indispensável ao trabalho terapêutico com os surdos. (SANTOS; ASSIS, 2015, p. 25)

Não obstante esse problema posto, nas entrevistas com os profissionais, os pesquisadores encontraram a respeito da qualificação dos profissionais o problema de uma visão excessivamente superficial acerca de uma perspectiva inclusiva às deficiências, em especial a auditiva.

Há, de maneira geral, uma falta de qualificação na sensibilidade a deficiência, a compreensão desse direito e na sua relação enquanto direito a saúde, e na compreensão de que o atendimento a essa população faz parte de um programa de saúde pública e parte de uma problematização maior acerca da inclusão na sociedade, sintetizando um dos problemas levantados pelos autores: o desconhecimento da rede de atendimento existente para esses casos (SANTOS; ASSIS, 2015).

O segundo ponto, acerca do desinteresse, revelou uma triste verdade sobre que é a falta de vontade dos profissionais em se qualificarem para o atendimento a esse público. Simples e puramente, numa espécie de suposta falta de retorno de mercado – ensejada justamente na ausência desses profissionais – a maioria dos 11 entrevistados pelos autores declarou simplesmente não ter interesse em aprender LIBRAS ou buscar imergir culturalmente em pacientes surdos (SANTOS; ASSIS, 2015).

Por fim, o último ponto levantado pelos autores foi ao que na pedagogia dedica-se o tema de “currículo”, isto é, a formação formal dos estudantes via ementa e programa do respectivo curso.

Deste modo, a ausência lacunar de formação oficial em LIBRAS, relegando-a a um caráter facultativo, somando-se a invisibilização do tema da deficiência, em especial à surda, deixando de levar o caráter essencial dessa característica a esse tipo de prática profissional, soma-se enquanto elemento que torna escasso o atendimento a essa população (SANTOS; ASSIS, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O psicólogo exerce um papel fundamental e decisivo na sociedade. Ainda aqueles que não atuam exclusivamente na perspectiva do atendimento clínico, sua posição nas variadas possibilidades profissionais é única e comunica-se diretamente com os desafios, sofrimentos, prazeres, e dificuldades que a vida e a vida em conjunto apresentam a nós.

Dessa profissão tão importante, há ainda a especificidade desse profissional em compreender, dentre as pluralidades de desafios, aqueles voltados a sofrimentos e desafios específicos que se comunicam com o social, que é o caso das deficiências e em especial a auditiva, que foi objeto deste trabalho.

O interesse por essa pesquisa se dá em razão de experiências prévias da autora no campo da pedagogia e no contato, atendimento e acompanhamento de pessoas surdas. O contato com a população surda demonstrou para a autora um mundo que nem invisível, nem silencioso, mas sim excluído e posto as margens das sociedades.

O contato com essa população motivou a autora e dedicar-se a esse campo, dessa vez na área da psicologia, dado a especificidade que a condição da surdez impõe ao processo terapêutico. Como realizar terapia sem falar em português? Como se dá o acesso dessa população? São questões que motivaram a presente pesquisa que se insere num esforço em contribuir para esse campo de estudos tão escasso apesar de tão relevante.

Os desafios da pesquisa se deram em diversos níveis, o desenvolvimento de um trabalho extenso e longo, a pesquisa e o rigor metodológico envolvido. De maneira específico, a escassez de trabalhos na área tornou a pesquisa minuciosa e cansativa, o que revela também a importância dessas investigações no tema.

Sendo assim, o primeiro capítulo da pesquisa contou com uma breve revisão histórica acerca da história da comunicação dos surdos no Brasil, sua adesão ou não adesão à movimentos gerais, assim como seu caminho político e cultural até a consagração das LIBRAS enquanto língua oficial e, posteriormente, de políticas inclusivas de acesso a essa população.

A seguir, a pesquisa contou com uma explanação teórica inevitável aos estudos sobre o tema. De maneira geral, na área da saúde e educação, há uma grande divisão história sobre qual a melhor metodologia de trabalhar com a população surda, sendo a perspectiva clínica focada na oralização ou a perspectiva socioantropológica focada no ensino do bilinguismo ao indivíduo, momento em que se explicou especificamente cada uma destas, suas razões, história e principais características.

Prosseguindo ao capítulo final, a pesquisa encontrou 8 artigos que se encaixavam no tema buscado: buscar saber como se dá o atendimento a população surda adulta, seja por meio de revisão bibliográfica ou por meio de pesquisas empíricas.

Assim o trabalho encontrou uma predominância de trabalhos de revisão bibliográfica, destacando que os trabalhos empíricos se encontram majoritariamente em teses e dissertações, apesar de ter encontrado também alguns artigos diretos, como foi o caso do de Santos e Assis (2015).

Nos trabalhos de revisão bibliográfica é unânime a dificuldade em encontrar materiais sobre. Há uma grande repetição de tópicos específicos, como outra visão sobre a deficiência, a história da LIBRAS, a inclusão de políticas públicas, que na verdade servem para criar de fato um corpo e uma base teórica capaz de suportar as investigações no tema.

Nos trabalhos de revisão houve uma predominância de pesquisas de cunho socioantropológico, quase majoritariamente, mas com algumas exceções que apontam ainda a existência de perspectivas clínicas, oralistas, voltadas principalmente ao implante coclear para possibilitar, em alguns casos, uma melhor capacidade de escuta ao surdo e conseqüentemente o desenvolvimento da linguagem português como fluente.

Apesar de reconhecer a importância e os avanços que a tecnologia pode oferecer, os trabalhos tanto teóricos quanto empíricos são enfáticos em concordar que a LIBRAS é antes parte de um universo cultural da população surda, envolvendo uma aprendizagem e socialização muito além da linguagem, mas sim atendendo a especificidades física da condição.

Nesse sentido, as pesquisas empíricas colheram dados diretos de atendimentos não oralizados. Dentre estas, encontrou-se a esmagadora maioria da predominância da fluência em LIBRAS por parte do psicólogo, sendo

aconselhado o uso do intérprete apenas em caso subsidiário e de duração enquanto o profissional se qualifica, em razão dos problemas envolvendo um terceiro no ambiente conforme já levantamos no tópico anterior.

Por fim, dado a escassez dos trabalhos, não se encontrou, em absoluto, dados que pudessem inferir diferenciações no atendimento a adultos e e/ou crianças surdas. Com exceção ao trabalho de Marques e Lourenço (2018) que apontam a urgência do diagnóstico ainda cedo para os fins de melhor desenvolvimento da linguagem, nenhum dos trabalhos apontou que trabalhava com crianças ou adultos, revelando mais uma vez a grande lacuna não só no atendimento a população surda, mas as especificidades que podem vir do atendimento e do acesso na infância ou na vida adulta.

Destaca-se a importância da inclusão da LIBRAS não só como disciplina facultativa, mas sim, obrigatória, dentro dos currículos da psicologia.

Deste modo espera-se que o presente trabalho possa contribuir na divulgação e circulação do problema, assim como dar pistas a futuros investigadores sobre a situação no Brasil, desafios e saídas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leidiane Carvalho de; NUNES, Henrique Riedel; PEREIRA, Benedita Nádia Silva; FREIRE, Francisca Telma Vasconcelos; SOUSA, Francisco Bruno Rocha; FREIRE, Edileuza Lima. Clínica psicológica e políticas públicas: um olhar voltado para deficientes auditivos. **Brazilian Journal Of Health Review**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 7069-7076, abr. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/27466/21782>. Acesso em: 30 out. 2022

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BISOL, Cláudia; SIMIONI, Janaína; SPERB, Tânia. Contribuições da Psicologia Brasileira para o Estudo da Surdez. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, São Paulo, v. 3, n. 21, p. 392-400, jul. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/LLp49WF6mHZSJjBf4xcgpht/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 out. 2022

BISOL, C. A.; SIMIONI, J.; SPERB, T. Contribuições da psicologia Brasileira para o estudo da surdez. **Psicologia: Reflexão & Crítica**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 392-400, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722008000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 out. 2022.

BISOL, Cláudia; SPERB, Tania Mara. Discursos sobre a Surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Porto Alegre, v. 1, n. 26, p. 7-13, jan. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/SQkcz9tT9tyhYBvZ4Jv5pfj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Decreto-lei n.5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei n.10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da lei n.10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: **Diário Oficial da União**. 23 dez. 2005.

BRASIL. Ministério de Educação. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério Público. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério Público. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Regulamento dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 2002.

CAMARGOS, Gláucio Silva; ÁVILA, Lazslo Antonio. A interface da psicologia com a surdez. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 2, n. 10, p. 202-215, dez. 2019. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8085856>. Acesso em: 31 out. 2022.

CICCONI, Marta. **Comunicação total: introdução, estratégia, a pessoa surda**. Rio de Janeiro: Cultura Médica. 1990.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20,n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, Apostila;2002.

FERREIRA JUNIOR, Jesaías Leite; BEZERRA, Henrique Jorge Simões; ALVES, Edneia de Oliveira. Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil:: uma revisão de literatura. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, p. 537-556, dez. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v33n3/09.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

GOODE, W. J. & HATT, P. K.. **A entrevista: métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 237-268; 1969.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm.

Acesso em: 15 out. 2022.

KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise (Org.). **Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas: Editora da ULBRA, 2011

KORNDORFER, Sandra; MALLMANN, Loivo. PSICOLOGIA BILÍNGUE: ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS QUE ATENDEM OS SURDOS EM CURITIBA/PR. **Anais do Evinci – Unibrasil**, Curitiba, v. 1, n. 6, p. 308-308, ago. 2020. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/5355/4336>. Acesso em: 30 out. 2022

KNECHTEL, M. R.. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MOTA, J. S. . **Utilização do google forms na pesquisa acadêmica. humanidades & inovação** , v. 6, p. 371, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 80 p

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Los conceptos estructurantes de la investigación cualitativa. **Salud colectiva** [periódico na Internet]. 2010 [acessado 2011 ago 17]; 6(3):251-261.

Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-82652010000300002&lng=es&nrm=iso>.

MINAYO Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.

Revista Ciência & Saúde Coletiva, v.17, n.3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07](http://www.scielo.org.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07)>. Acesso em: 10 jun. 2022.

NASCIMENTO, Emile Cristina Do. **Percepções de estudantes de psicologia sobre a importância da libras para a formação profissional**. Anais VI JOIN / Brasil - Portugal... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/57833>>. Acesso em: 31/10/2022.

NOBOLI, Ana Flávia; ABRÃO, Larissa Guimarães Martins. O atendimento psicológico clínico para surdos: uma revisão bibliográfica. **Brazilian Journal Of Development**, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 1192-1207, jan. 2022. Disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/42358/pdf>.

Acesso em: 19 out. 2022.

PEREIRA, Vanessa Alves; ARAÚJO, Karoliny Vilela; SILVA, Jucineide Lima de Almeida. PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO. **Rev. Cient. Novas Config. Dialog. Plur.**, Luziana, v. 3, n. 1, p. 12-22, maio 2020. Disponível em:

<https://app.periodikos.com.br/article/603c33c2a9539528a40acf22/pdf/dialogos-plurais-1-3-20.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

PEREIRA, Bianca Aparecida Marques; LOURENÇO, Lélío Moura. SURDEZ E PSICOLOGIA CLÍNICA: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA. **Psicologia.Pt**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-26, jun. 2017. Disponível em:

<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1118.pdf>. Acesso em: 31 out. 2022.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a Psicologia e a Educação dos surdos. In: SKLIAR, C.(Ed.). **Educação & Exclusão: Abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre, RS: Mediação, 1997.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999.

Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55373/33644>.

Acesso em 18 de out de 2022.

SOUZA, R. M. Educação especial, psicologia do surdo e bilinguismo: bases históricas e perspectivas atuais. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 3, n.

2,p. 71-87,1995

RITERBUSCHE, Camila da Silva; MAFFINI, Gabriela; GONÇALVES, Camila dos Santos. Equidade e saúde mental: desafios do trabalho do psicólogo com as pessoas surdas. **Research, Society And Developmen**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 1-10, abr. 2021. Disponível em: Research, Society and Development,. Acesso em: 30 out. 2022.

RODRIGUES, Jaine; NATIVIDADE, Michelle Regina da. **FATORES RELACIONADOS À EFICÁCIA DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO CLÍNICO A PACIENTES SURDOS**. 2020. 31 f. Monografia (Especialização) - Curso de Psicologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2020. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/16684/2/Artigo_TC_C_Jaine_Rodrigues_2020.pdf. Acesso em: 30 out. 2022

STROBEL, Karin. **Surdos: vestígios não registrados na história**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008.

SANTOS, Jonas F.; ASSIS, Monique Ribeiro de. AS DIFICULDADES DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA. **Conexões Psi**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 23-33, jun. 2015. Disponível em: <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/view/616/548>. Acesso em: 31 out. 2022

THOMA, Adriana da Silva. Educação dos surdos: dos espaços e tempos de reclusão aos espaços e tempos inclusivos. In: Thoma, Adriana da Silva; Lopes, Maura Corsini(Org.). **A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc. p.9-25. 2006.